



*Transmissora Matogrossense de Energia S.A.*  
*Relatório sobre a aplicação de procedimentos previamente acordados para atendimento ao*  
*Despacho ANEEL nº 4.786 de 11 de dezembro de 2014 relativo ao Manual de Orientação*  
*dos Trabalhos de Auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCR -*  
*Regulado pela resolução ANEEL nº 396/10 - Data base 31 de dezembro de 2014*

**Transmissora Matogrossense de Energia S.A.**

**Demonstrações contábeis regulatórias  
de acordo com resolução ANEEL  
nº 396 de 23 de fevereiro de 2010  
Exercícios findo em 31 de  
dezembro de 2014 e 2013**



**Transmissora Matogrossense de Energia S.A.**  
*Relatório sobre a aplicação de procedimentos previamente acordados para atendimento ao  
Despacho ANEEL nº 4.786 de 11 de dezembro de 2014 relativo ao Manual de Orientação  
dos Trabalhos de Auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCR -  
Regulado pela resolução ANEEL nº 396/10 - Data base 31 de dezembro de 2014*

## **Índice**

Balancos patrimoniais regulatórios	11
Demonstrações do resultado regulatórias	12
Notas conciliatórias entre as demonstrações contábeis societárias e regulatórias	13



**Transmissora Matogrossense de Energia S.A.**  
*Relatório sobre a aplicação de procedimentos previamente acordados para atendimento ao  
Despacho ANEEL nº 4.786 de 11 de dezembro de 2014 relativo ao Manual de Orientação  
dos Trabalhos de Auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCR -  
Regulado pela resolução ANEEL nº 396/10 - Data base 31 de dezembro de 2014*

## Transmissora Matogrossense de Energia S.A

### Balancos patrimoniais regulatórios

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

*(Valores expressos em milhares de reais)*

	Nota	31/12/2014	31/12/2013
<b>ATIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
		<b>14.082</b>	<b>12.538</b>
Caixa e equivalentes de caixa		6.487	5.042
Concessionárias e permissionárias		4.971	6.560
Impostos a recuperar		245	438
Adiantamento a fornecedores		1.358	330
Estoques		679	-
Outros ativos		342	168
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
		<b>248.721</b>	<b>255.522</b>
Títulos e valores mobiliários		8.578	8.452
Concessionárias e permissionárias		60	-
Imobilizado	4	240.083	247.070
<b>ATIVO TOTAL</b>			
		<b>262.803</b>	<b>268.060</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
		<b>22.017</b>	<b>22.533</b>
Empréstimos e financiamentos, líquidos dos custos a amortizar		7.710	7.715
Fornecedores		616	2.536
Partes relacionadas		-	3.191
Salários, férias e encargos sociais		233	313
Tributos e contribuições sociais a recolher		723	855
Dividendos a pagar		9.348	6.125
Taxas regulamentares		1.175	1.197
Outras obrigações		2.212	601
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
		<b>144.442</b>	<b>150.626</b>
Empréstimos e financiamentos		144.430	150.614
Outras obrigações		12	12
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
		<b>96.344</b>	<b>94.901</b>
Capital social		97.794	97.794
Prejuízos acumulados		(1.450)	(2.893)
<b>PASSIVO TOTAL</b>			
		<b>262.803</b>	<b>268.060</b>



**Transmissora Matogrossense de Energia S.A.**  
*Relatório sobre a aplicação de procedimentos previamente acordados para atendimento ao  
Despacho ANEEL nº 4.786 de 11 de dezembro de 2014 relativo ao Manual de Orientação  
dos Trabalhos de Auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCR -  
Regulado pela resolução ANEEL nº 396/10 - Data base 31 de dezembro de 2014*

## Transmissora Matogrossense de Energia S.A

### Demonstrações do resultado regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

*(Valores expressos em milhares de reais)*

	Nota	31/12/2014	31/12/2013
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>			
Outras Receitas Vinculadas (transmissão de energia)	5	38.233	38.900
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL</b>			
Federais		(1.292)	(1.181)
<b>ENCARGOS REGULAMENTARES DA CONCESSÃO</b>			
Reserva Global de Reversão		(976)	(876)
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D		(355)	(329)
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>		<b>35.610</b>	<b>36.514</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS</b>		<b>35.610</b>	<b>36.514</b>
<b>CUSTOS GERENCIÁVEIS</b>			
Pessoal		(2.747)	(2.578)
Administradores		(552)	(566)
Serviço de Terceiros		(2.629)	(2.221)
Material		(201)	(166)
Arrendamentos e Aluguéis		(138)	(97)
Tributos		(216)	(50)
Seguros		(204)	(158)
Outros		(155)	(186)
Depreciação		(7.252)	(7.253)
Amortização		(4)	(4)
<b>TOTAL DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS</b>		<b>(14.098)</b>	<b>(13.279)</b>
<b>RESULTADO DA ATIVIDADE DE CONCESSÃO</b>		<b>21.512</b>	<b>23.235</b>
<b>RESULTADO EXTRACONCESSÃO</b>		<b>21.512</b>	<b>23.235</b>
Receita financeira	6	2.546	2.797
Despesa financeira	6	(14.210)	(15.510)
<b>RESULTADO ANTES DO IRPJ / CSLL</b>		<b>9.848</b>	<b>10.522</b>
Imposto de renda	7	(1.493)	(1.337)
Contribuição social	7	(691)	(626)
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>8</b>	<b>7.664</b>	<b>8.559</b>

## **Notas conciliatórias entre as demonstrações contábeis societárias e regulatórias**

*(Valores expressos em milhares de reais)*

### **1 Informações gerais**

A Empresa de Transmissora Matogrossense de Energia S.A. (“Companhia” ou “TME”) foi constituída em 02 de julho de 2009 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, com sede na Avenida Miguel Sutil, nº 8.695, 2º andar, conjunto 2, sala 1 - parte, Bairro Duque de Caxias, no município de Cuiabá, estado de Mato Grosso, CEP: 78040-365 MT, e tem por objeto planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A Companhia é controlada em conjunto pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”) e pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (“Eletronorte”).

#### **Concessão de linha de transmissão**

Pelo Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 025/2009 - ANEEL, de 19 de novembro de 2009, foi outorgada à Companhia pela União, a concessão dos Serviços de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste no desenvolvimento de infraestrutura, operação e manutenção das instalações de transmissão compostas, segundo o contrato, pela Linha de Transmissão em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 348 km, com origem na Subestação Jauru, localizada no Estado de Mato Grosso e termino na Subestação Cuiabá, localizada no Estado de Mato Grosso; pela Subestação Jauru em 500/230 kV - 750 MVA.

A prestação do serviço de transmissão se dá mediante o pagamento de Receita Anual Permitida (RAP), desde a data da disponibilização das instalações para a operação comercial e será reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IPCA, sendo que está previsto contratualmente revisões da RAP para o 5º, 10º e o 15º ano do período de concessão.

Em 22 de novembro de 2011, entraram em operação comercial a citada linha de transmissão e a respectiva subestação.

A Receita Anual Permitida - RAP, conforme Resolução Homologatória nº 1.756 de 24 de junho de 2014 é de R\$ 37.826 para o ciclo de 2014/2015. Para os ciclo de 2013/2014 a ANEEL homologou uma RAP de R\$ 35.559 para a Companhia, excluído das despesas com PIS/COFINS referente aos respectivos ciclos.

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em nota explicativa específica.

A Companhia opera exclusivamente no segmento de transmissão de energia elétrica.

## **2 Base de preparação e apresentação das informações**

### **2.1 Declaração de Conformidade**

As demonstrações contábeis regulatórias da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro, definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e determinados dispositivos das leis societárias, a exceção dos seguimentos dispostos que são conflitantes com as práticas regulatórias:

- ICPC 01 - Contratos de Concessões (IFRIC 12): Esse pronunciamento estabelece que as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao custo amortizado. Nas demonstrações contábeis societárias a Companhia classifica os saldos de Contas a receber - ativo financeiro, como instrumentos financeiros “recebíveis”. Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

A apresentação das demonstrações contábeis regulatórias visa atender as determinações do órgão regulador, que é a divulgação de um conjunto de informações que representem a situação econômico-financeira da Companhia, em consonância com o arcabouço legal regulatório.

As demonstrações contábeis regulatórias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações societárias, que contém as informações das notas explicativas adicionais às divulgadas neste relatório, as quais podem ser consultadas no site da Companhia.

### **2.2 Base de preparação e apresentação**

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis regulatórias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números apresentados ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados.

## **2.3 Práticas contábeis regulatórias - específicas do setor elétrico**

### ***Plano de contas***

A Companhia adota o plano de contas contido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001 e alterações subsequentes estabelecidas através da Resolução ANEEL n.ºs 473, de 06 de março de 2006, 219, de 11 de abril de 2006, 4.815, de 26 de dezembro de 2008, 370 de 30 de junho de 2009 e 396 de 23 de fevereiro de 2010.

### ***Ativo imobilizado***

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Bens e instalações em função do serviço concedido são cadastrados e controlados pela concessionária e permissionária em sistemas auxiliares ou em registros suplementares, por meio de Unidade de Cadastro - UC e Unidade de Adição e Retirada - UAR, por Ordem de Imobilização - ODI, conta contábil, data de sua transferência (capitalização) para o Imobilizado em Serviço.

A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina Resolução ANEEL nº. 474/2012. As taxas anuais estão determinadas na tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 02 de 24 de dezembro de 1997, nº 44 de 17 de março de 1999, nº 367, de 2 de junho de 2009 e nº 474 de 7 de fevereiro de 2012.

Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

Os bens e instalações utilizados nas atividades reguladas são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação e determina que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

### ***Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica***

Representa o saldo de valores e/ou bens recebidos de Municípios, Estados, União Federal e Consumidores em geral, relativos a doações e subvenções para investimento na expansão do serviço público de energia elétrica.

Em atendimento à Instrução Contábil nº 6.3.23 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, as Obrigações Vinculadas à Concessão, registradas em grupo específico no Passivo Não Circulante, estão apresentadas como dedução do Ativo Não Circulante -

Imobilizado, dadas suas características de aporte financeiro com fins específicos de financiamento para obras.

### **Taxas regulamentares**

#### **Reserva Global de Reversão (RGR)**

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,6% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

#### **Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)**

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

## **3 Demonstrações contábeis regulatórias**

A companhia apresenta a seguir, o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício e notas explicativas, conforme modelo de demonstrações regulatórias, definido pela ANEEL no despacho nº 4.786 de dezembro de 2014.

Nota de ajuste	31/12/2014			31/12/2013		
	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
				(reapresentado)		
<b>ATIVO</b>						
<b>CIRCULANTE</b>	<b>54.222</b>	<b>(40.140)</b>	<b>14.082</b>	<b>48.282</b>	<b>(35.744)</b>	<b>12.538</b>
Caixa e equivalentes de caixa	6.487	-	6.487	5.042	-	5.042
Concessionárias e permissionárias	4.971	-	4.971	6.560	-	6.560
Impostos a recuperar	245	-	245	438	-	438
Adiantamento a fornecedores	1.358	-	1.358	330	-	330
Ativo financeiro da concessão	40.140	(40.140)	-	35.744	(35.744)	-
Estoques	679	-	679	-	-	-
Outros ativos	342	-	342	168	-	168
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>286.907</b>	<b>(38.186)</b>	<b>248.721</b>	<b>276.449</b>	<b>(20.927)</b>	<b>255.522</b>
Títulos e valores mobiliários	8.578	-	8.578	8.452	-	8.452
Concessionárias e permissionárias	60	-	60	-	-	-
Ativo financeiro da concessão	278.091	(278.091)	-	267.826	(267.826)	-
Imobilizado	4 178	239.905	240.083	171	246.899	247.070
<b>ATIVO TOTAL</b>	<b>341.129</b>	<b>(78.326)</b>	<b>262.803</b>	<b>324.731</b>	<b>(56.671)</b>	<b>268.060</b>
<b>PASSIVO</b>						
<b>CIRCULANTE</b>	<b>22.017</b>	<b>-</b>	<b>22.017</b>	<b>22.533</b>	<b>-</b>	<b>22.533</b>
Empréstimos e financiamentos, líquidos dos custos a amortizar	7.710	-	7.710	7.715	-	7.715
Fornecedores	616	-	616	2.536	-	2.536
Partes relacionadas	-	-	-	3.191	-	3.191
Salários, férias e encargos sociais	233	-	233	313	-	313
Tributos e contribuições sociais a recolher	723	-	723	855	-	855
Dividendos a pagar	9.348	-	9.348	6.125	-	6.125
Taxas regulamentares	1.175	-	1.175	1.197	-	1.197
Outras obrigações	2.212	-	2.212	601	-	601
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>154.238</b>	<b>(9.796)</b>	<b>144.442</b>	<b>152.317</b>	<b>(1.691)</b>	<b>150.626</b>
Empréstimos e financiamentos, líquidos dos custos a amortizar	144.430	-	144.430	150.614	-	150.614
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.796	(9.796)	-	1.691	(1.691)	-
Outras obrigações	12	-	12	12	-	12
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>164.874</b>	<b>(68.530)</b>	<b>96.344</b>	<b>149.881</b>	<b>(54.980)</b>	<b>94.901</b>
Capital social	97.794	-	97.794	97.794	-	97.794
Reserva de lucro	8 67.080	(68.530)	(1.450)	52.087	(54.980)	(2.893)
<b>PASSIVO TOTAL</b>	<b>341.129</b>	<b>(78.326)</b>	<b>262.803</b>	<b>324.731</b>	<b>(56.671)</b>	<b>268.060</b>





**Transmissora Matogrossense de Energia S.A.**  
**Relatório sobre a aplicação de procedimentos previamente acordados para atendimento ao**  
**Despacho ANEEL nº 4.786 de 11 de dezembro de 2014 relativo ao Manual de Orientação**  
**dos Trabalhos de Auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCR -**  
**Regulado pela resolução ANEEL nº 396/10 - Data base 31 de dezembro de 2014**

Conta contábil	Descrição	Nota de ajuste	31/12/2014			31/12/2013		
			Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
	<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>							
611.0X.X.1.03	Outras Receitas Vinculadas (transmissão de energia)	5	52.894	(14.661)	38.233	49.818	(10.918)	38.900
	<b>DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL</b>							
611.0X.X.1.21	Federais		(1.292)	-	(1.292)	(1.181)	-	(1.181)
	<b>ENCARGOS REGULAMENTARES DA CONCESSÃO</b>							
611.0X.X.1.31	Reserva Global de Reversão		(976)	-	(976)	(876)	-	(876)
611.0X.X.1.32	Pesquisa e Desenvolvimento - P & D		(142)	-	(142)	(132)	-	(132)
611.0X.X.1.32	Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT		(142)	-	(142)	(131)	-	(131)
611.0X.X.1.32	Ministério de minas e energia - MME		(71)	-	(71)	(66)	-	(66)
	<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>		<b>50.271</b>	<b>(14.661)</b>	<b>35.610</b>	<b>47.432</b>	<b>(10.918)</b>	<b>36.514</b>
	<b>RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS</b>		<b>50.271</b>	<b>(14.661)</b>	<b>35.610</b>	<b>47.432</b>	<b>(10.918)</b>	<b>36.514</b>
	<b>CUSTOS GERENCIÁVEIS</b>							
615.0X.X.X.01	Pessoal		(2.747)	-	(2.747)	(2.578)	-	(2.578)
615.0X.X.X.02	Administradores		(552)	-	(552)	(566)	-	(566)
615.0X.X.X.21	Serviço de Terceiros		(2.629)	-	(2.629)	(2.221)	-	(2.221)
615.0X.X.X.22	Custo de Construção		(260)	260	-	(421)	421	-
615.0X.X.X.11	Material		(201)	-	(201)	(166)	-	(166)
615.0X.X.X.91	Arrendamentos e Aluguéis		(138)	-	(138)	(97)	-	(97)
615.0X.X.X.93	Tributos		(216)	-	(216)	(50)	-	(50)
615.0X.X.X.92	Seguros		(204)	-	(204)	(158)	-	(158)
615.0X.X.X.99	Outros		(155)	-	(155)	(185)	-	(185)
615.0X.X.X.53	Depreciação		-	(7.252)	(7.252)	-	(7.254)	(7.254)
615.0X.X.X.55	Amortização		-	(4)	(4)	-	(4)	(4)
	<b>RESULTADO DA ATIVIDADE DE CONCESSÃO</b>		<b>43.169</b>	<b>(21.657)</b>	<b>21.512</b>	<b>40.990</b>	<b>(17.755)</b>	<b>23.235</b>
	<b>RESULTADO EXTRA CONCESSÃO</b>		<b>43.169</b>	<b>(21.657)</b>	<b>21.512</b>	<b>40.990</b>	<b>(17.755)</b>	<b>23.235</b>
631 (-) 631.06.1.2	Receita financeira	6	2.546	-	2.546	2.797	-	2.797
635 (-) 635.06.1.2	Despesa financeira	6	(14.210)	-	(14.210)	(15.510)	-	(15.510)
	<b>RESULTADO ANTES DO IRPJ / CSLL</b>		<b>31.505</b>	<b>(21.657)</b>	<b>9.848</b>	<b>28.277</b>	<b>(17.755)</b>	<b>10.522</b>
710.0X.1.2.02/4	Imposto de renda	7	(1.786)	293	(1.493)	(1.669)	332	(1.337)
710.0X.1.2.01/3	Contribuição social	7	(849)	158	(691)	(817)	191	(626)
	<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>8</b>	<b>28.870</b>	<b>(21.206)</b>	<b>7.664</b>	<b>25.791</b>	<b>(17.232)</b>	<b>8.559</b>

#### 4 Ativo imobilizado e intangível regulatório

O saldo do imobilizado e do intangível regulatório, é como segue:

	31/12/2014	31/12/2013
<b>Imobilizado em serviço</b>		
Intangível	3.174	3.178
Terrenos	65	65
Edificações, obras civis e benfeitorias	5.084	5.288
Máquinas e equipamentos	228.291	235.281
Veículos	207	259
Moveis e utensílios	102	108
<b>Subtotal</b>	<b>236.923</b>	<b>244.179</b>
<b>Imobilizado em curso</b>		
Intangível	-	-
Terrenos	12	12
Edificações, obras civis e benfeitorias	(144)	(144)
Máquinas e equipamentos	360	326
Moveis e utensílios	11	4
A ratear	2.180	2.123
Material em depósito	563	399
Depósitos judiciais	178	171
<b>Subtotal</b>	<b>3.160</b>	<b>2.891</b>
<b>Total do imobilizado</b>	<b>240.083</b>	<b>247.070</b>

##### a. Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia

Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

A movimentação do imobilizado e intangível regulatório e a depreciação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é conforme segue:

	Em serviço						Em curso	Total
	Terrenos	Intangível	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios		
<b>Em Serviço/Curso</b>								
Saldo em 31 de dezembro de 2012	65	3.187	5.698	249.262	363	122	2.299	260.996
Adições	-	-	-	-	-	-	592	592
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	65	3.187	5.698	249.262	363	122	2.891	261.588
Adições	-	-	-	-	-	-	269	269
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	65	3.187	5.698	249.262	363	122	3.160	261.887

	Em serviço					Total
	Intangível	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	
<b>Depreciação</b>						
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(5)	(205)	(6.991)	(52)	(7)	(7.260)
Adições	(4)	(205)	(6.990)	(52)	(7)	(7.258)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(9)	(410)	(13.981)	(104)	(14)	(14.518)
Adições	(4)	(204)	(6.990)	(52)	(6)	(7.256)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(13)	(614)	(20.971)	(156)	(20)	(21.774)

## 5 Receita operacional bruta

Descrição	31/12/2014			31/12/2013		
	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Rede Básica	-	38.233	38.233	-	38.900	38.900
Remuneração do ativo de concessão	45.799	(45.799)	-	43.430	(43.430)	-
Receita de infraestrutura	260	(260)	-	421	(421)	-
Receita de operação	6.835	(6.835)	-	5.967	(5.967)	-
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>52.894</b>	<b>(14.661)</b>	<b>38.233</b>	<b>49.818</b>	<b>(10.918)</b>	<b>38.900</b>

Os ajustes da receita operacional bruta são consequência da adoção do ICPC01 (IFRIC 12) vide Nota 2.

## 6 Resultado financeiro

Descrição	31/12/2014			31/12/2013		
	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
<b>Receita financeira</b>						
Receita s/aplicações Financeiras	2.546	-	2.546	2.797	-	2.797
<b>Despesa financeira</b>						
Juros s/empréstimos bancários	(14.210)	-	(14.210)	(15.510)	-	(15.510)
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(11.664)</b>	<b>-</b>	<b>(11.664)</b>	<b>(12.713)</b>	<b>-</b>	<b>(12.713)</b>

## 7 Imposto de renda e contribuição social diferido

Descrição	31/12/2014			31/12/2013		
	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário (reapresentado)	Ajustes CPCs	Regulatório
<b>Diferido:</b>						
Imposto de renda	(1.493)	-	(1.493)	(1.338)	-	(1.338)
Contribuição social	(691)	-	(691)	(625)	-	(625)
Imposto de renda diferido	(293)	293	-	(218)	218	-
Contribuição social diferida	(158)	158	-	(118)	118	-
<b>Total</b>	<b>(2.635)</b>	<b>451</b>	<b>(2.184)</b>	<b>(2.299)</b>	<b>336</b>	<b>(1.963)</b>

Os ajustes de imposto de renda e contribuição social diferidos representam os efeitos tributários sobre os ajustes reconhecidos com as adoções dos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC, especificamente o ICPC 01.

## 8 Lucro líquido

	31/12/2014	31/12/2013
<b>Lucro líquido - Societário</b>	<b>28.870</b>	<b>25.791</b>
Outras receitas vinculadas (transmissão de energia) (Nota 5)	(14.661)	(10.918)
Custo de construção (Nota 3)	260	421
Depreciação (Nota 4)	(7.252)	(7.254)
Amortização (Nota 4)	(4)	(4)
Imposto de Renda e Contribuição social (Nota 7)	158	191
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus Regulatória	<b>(21.206)</b>	<b>(17.232)</b>
<b>Prejuízo líquido - Regulatório</b>	<b>7.664</b>	<b>8.559</b>

Os ajustes do lucro líquido são consequência da adoção do ICPC01 (IFRIC 12) vide Nota 2.